

Prezado (a) Senhor (a),

*Hemerson Roman Inácio*

Assunto: reivindicações populares a partir de Fórum Permanente.

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 3002/2022  
Data: 07/10/2022 - Horário: 16:03  
Legislativo

O Fórum Permanente, que reúne as organizações subscritas, realizou debate no dia 2 de setembro de 2022 e, entre as decisões tomadas, ficou encaminhamento de nossos pleitos às autoridades.

As reflexões e escuta ao povo restaram claras algumas questões.

A dívida social, ambiental e cultura da CSN, da Vale e das outras mineradoras em Congonhas e região é enorme. Quase impagável!

O drama maior é das mais de 20 mil pessoas que moram nas proximidades do complexo de barragem Casa de Pedra: medo, adoecimento, negação de direito elementar, principalmente o de morar em local seguro.

Mas toda a cidade é atingida: fechamento da creche dom Luciano e da Escola Conceição Lima Guimarães; poluição do ar e contaminação da água; aumento das doenças respiratórias e da incidência de câncer; degradação dos bens culturais provocada por trem de carga, pelo pó de minério e pela destruição da 'moldura' da obra dos profetas assinada pelo Mestre Aleijadinho; além do desastroso afastamento de turistas.

Tudo isso se agrava com as mudanças climáticas, que aumentam os riscos de eventos fortes (chuvas e tremores) com intervalos sempre menores.

Apesar de tudo isso, a precaução dá lugar ao cifrão. A expansão dos negócios da CSN é absurdamente aprovada.

O povo e suas organizações, no entanto, não estão de joelhos diante de tanta prepotência e entreguismo.

Quando falamos de expansão de um empreendimento minerário no Estado, nas cidades minerárias, vem logo em mente uma pergunta: a quem está servindo e qual a real necessidade da expansão? Haverá mais empregos? Melhorará a vida das cidades e dos trabalhadores?

A realidade que os trabalhadores da mineração (sobretudo da CSN) é o quanto a expansão está a serviço da empresa. A CSN tem os salários mais baixos e faltam em muitas famílias as condições de vida e até o alimento.

Nos últimos anos, em plena pandemia, a Mineração e a CSN estão numa ofensiva para aumentar a Jornada de Trabalho dos trabalhadores de 6 para 12 horas, atacando com assédio, ameaça e pressão. E mesmo no período mais crítico da doença, pouco se fez no combate à contaminação dos trabalhadores enquanto a empresa obteve lucro absurdo, crescendo '3CSN' em 1 ano.

Uma expansão precisa ser discutida e controlada pelos trabalhadores, diminuindo sua jornada de trabalho, gerando emprego, diversificando a produção para além da mineração e, sobretudo, valorizando o trabalho dos trabalhadores e das comunidades, que geram toda a riqueza desse país.

Entendemos que a atual expansão de uma das usinas de 10 para 15 milhões de toneladas/ano significa mais um passo, sem a devida transparência, para triplicar a extração de minério em Casa de Pedra.

A reivindicação é por transparência nos licenciamentos e clareza como a empresa alcançará o objetivo que apresentou ao mercado sem sufocar mais a cidade com poeira e sem causar escassez de água a médio e longo prazos.

Diante do exposto, as organizações reunidas no Fórum Permanente reivindicam: a) reestatização das empresas privatizadas com controle social e sem mais privatizações; b) que o estado brasileiro e os governos (federal, estadual e federal) tomem posição a favor do povo e obriguem as empresas mineradoras a pagarem por seus crimes e por sua imensa dívida social;

c) no caso específico de Congonhas, agir por precaução: possibilitando ao povo morar e viver em local seguro; construção dos espaços educativos também em local seguro; que a gestão pública municipal acompanhe de perto o processo judicial que trata desse Caso anteriormente mencionado, monitorando as diversas fases do processo e sendo presença a favor do povo em momentos táticos, por exemplo nos espaços de julgamento semelhante ao que ocorrerá no dia 29 de setembro, no TJMG, em Belo Horizonte; e aproveitamento racional da água, com prioridade absoluta para o povo, animais e plantas; d) transparência nos licenciamentos e no funcionamento do negócio das mineradoras, através de oportunidade de participação direta do povo organizado; e) criação de mecanismos de participação efetiva da classe trabalhadora e das comunidades em geral para que o CFEM ( Compensação Financeira Pela Exploração Minerária) seja aplicado com transparência e na sua finalidade primeira: aproveitar o tempo de vacas gordas para o município reestruturar-se para o tempo de vacas magras, que virão, necessariamente, pois o minério é finito.

Além desse posicionamento Político, as organizações que compõem o Fórum Permanente reivindicam inclusão dos pontos relacionados abaixo no orçamento municipal:

- 1) Área Saúde: a) destinação adequada dos dejetos humanos; b) abrir discussão com fins de revisão de cobrança de taxa de água e esgoto; c) diagnóstico das causas das principais doenças em Congonhas;
  
- 2) Área Educação: a) construção de três creches setorizadas; b) inclusão de temas ambientais na grade curricular das escolas municipais; c) construção de uma EFA (Escola Família Agrícola);
  
- 3) Área Habitação: a) construção de 4 mil moradias, com prioridade para famílias de áreas de risco e famílias de baixa renda;
  
- 4) Área Ambiente: a) monitoramento da qualidade do ar com divulgação massiva dos resultados e as providências necessárias para a efetiva e imediata melhora de qualidade de vida e saúde do povo; b) realização de estudos independentes sobre a água que abastece a cidade, considerando os impactos sinérgicos e cumulativos causados (pela CSN e Vale nas cabeceiras do Santo Antônio e Esmeril, Ferro Mais no Pires, e Gerdau no Macaquinhos) para determinar reversão dos riscos de contaminação e, também, de vir a faltar água para a população.

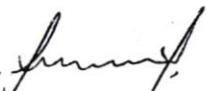
O povo organizado seguirá reagindo ao entreguismo de nossos bens naturais estratégicos.

Congonhas, 27 de setembro de 2022.

Assinam pelo Fórum Permanente:



MAB



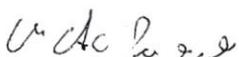
Sindicato Metabase Inconfidentes



PSTU



PT-Partido dos Trabalhadores



Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Unaccon.



Ceamec.